

Saúde sem verba frustra Interior

Das Sucursais e
dos correspondentes

A decisão do governo estadual de reduzir as verbas destinadas à Saúde e Promoção Social, no próximo orçamento, apanhou de surpresa os municípios paulistas no momento em que mais necessitam de recursos para aqueles setores. A frustração é geral ante o quadro sombrio que se esboça principalmente no meio rural, onde a prolongada estiagem que se segue às recentes geadas começa a criar reflexos negativos, como o desemprego e o êxodo no campo.

Na grande maioria dos municípios a medida acarretará maiores sacrifícios às Prefeituras, que terão de assumir os compromissos que cabem ao Estado, construindo postos de saúde e puericultura e adquirindo medicamentos, sem ajuda do governo. Isso, aliás, já vem sendo feito em muitas cidades do Interior, como **Guarulhos**, por exemplo, que gastou 75 por cento do orçamento de 185 milhões de cruzeiros na construção de oito postos de puericultura e unidades educacionais pré-primárias, além de uma central de pediatria para reduzir o elevado índice de mortalidade infantil do município, considerado como um dos maiores da Grande São Paulo.

Mas o grande sonho da região do Alto Tietê (Guarulhos, Arujá, Santa Isabel e Itaquaquecetuba), com mais de meio milhão de habitantes, é a instalação de um hospital regional, reivindicada há tempos e para o qual a Prefeitura de Guarulhos já dispunha de uma área reservada. Com o corte de verbas, a região continuará deslocando seus doentes para os hospitais das Clínicas e **Emílio Ribas**, em São Paulo, como vem ocorrendo com os casos de meningite. Em todo o Interior, o déficit de leitos hospitalares é uma constante. E no campo da promoção social, os municípios atuam isoladamente, empenhados principalmente no desfalecimento.

O **ABC** também luta pela construção de um hospital de clínicas regional para atender a uma população de cerca de 1,5 milhão de habitantes concentrada nos sete municípios da região, onde existem apenas sete centros de saúde e um posto de atendimento. Mas as deficiências da ação estadual são ainda maiores em outros setores, reveladas pela ausência quase total de assistência médico-sanitária preventiva, controle de doenças transmissíveis, educação sanitária e assistência hospitalar. Agora, a redução dos orçamentos não deve alterar uma situação que se repete há vários anos: as Prefeituras continuarão assumindo a maior parte dos compromissos que cabem ao governo do Estado. Nesses seis meses de governo, a única ação efetiva do Estado no setor da saúde, no **ABC**, foi a campanha de vacinação contra meningite.

Em **Osasco**, o déficit de leitos hospitalares é de 2.500. A construção de um hospital municipal, pela **Fusam** — Fundação de Saúde do Município, mantida pela Prefeitura —, parece ser a solução mais indicada para a atual emergência. A situação de **Osasco**, porém, difere da maioria dos municípios paulistas, pois conta com um serviço estruturado na área de promoção social. Além do problema da população migrante, a proliferação de favelas é o grande desafio da cidade.